

RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2015



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2015

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2015 foi de capital importância para a consolidação do projeto político maioritariamente sufragado pela população do concelho de Santo Tirso em outubro de 2013 e para o fortalecimento dos sinais positivos em matéria de medidas estratégicas adotadas pelo executivo municipal de maioria PS.

Como está definido no documento das Grandes Opções do Plano para 2015, os dois principais eixos da ação política da Câmara Municipal eram a Coesão Social, para fazer face às dificuldades por que passam as famílias e aliviar-lhes o impacto provocado pelas políticas de austeridade e de empobrecimento postas em prática pelo anterior Governo, e o investimento, com o objetivo de criar riqueza e combater a taxa de desemprego verificada no concelho de Santo Tirso.

Não obstante os constrangimentos económicos e financeiros resultantes da crise em que mergulhou o País, o Município de Santo Tirso reforçou os apoios de natureza social, para acudir situações de fragilidade económica e social de famílias e mesmo de instituições do concelho.

O ano de 2015 permitiu concluir que as políticas direcionadas para a Coesão Social foram as mais acertadas, confirmando que o executivo municipal de maioria PS fez bem o trabalho de casa quando assumiu, em outubro de 2013, que as questões de natureza social seriam uma das principais bandeiras para o mandato em curso.

Aliás, não fossem as medidas de carácter social lançadas nos últimos dois anos, algumas das quais inéditas no Município, e as famílias do concelho de Santo Tirso teriam certamente sentido o impacto da crise e da austeridade imposta a todo o custo pelo anterior Governo de outra forma.

Fiel a um compromisso assumido quando tomou posse e consciente do esforço que estava a ser exigido aos orçamentos familiares, o executivo municipal de maioria PS foi chamado, ao longo do ano de 2015, a alargar as medidas sociais, tomando um conjunto de decisões políticas com vista a amortecer os efeitos da crise nas famílias, das quais se destacam:

- Passe escolar gratuito para os alunos que frequentam o Ensino Secundário;

- Lanches escolares gratuitos para todos os alunos desfavorecidos do pré-escolar e do I Ciclo;
- Mais famílias e mais alunos apoiados na aquisição de livros e material escolar;
- Atribuição de Bolsas de Estudo para os alunos que frequentam o Ensino Superior;
- Comparticipação de vacinas para a primeira infância;
- Alargamento do MIMAR à multideficiência;
- Subida da tarifa da água menos acentuada no concelho de Santo Tirso;
- Redução da carga fiscal, nomeadamente do IMI, para os agregados com 1, 2, 3 e mais dependentes a cargo, o que abrangeu cerca de 11 mil famílias do concelho de Santo Tirso;
- Redução da participação do Município no IRS cobrado pelo Estado.

No total, o Município de Santo Tirso já abdicou, em virtude do alívio da carga fiscal por via do IMI, Derrama e IRS, de cinco milhões de euros de receita, distribuída pelos agregados familiares com domicílio fiscal no concelho.

Por se tratar de uma questão de saúde pública, envolvendo a população escolar, o Município deu por concluído, em 2015, um plano de investimentos direcionado para a remoção do amianto dos estabelecimentos de ensino sob gestão municipal. Paralelamente, deu continuidade, no último ano, ao melhoramento do parque escolar, com vista a criar condições de excelência para as crianças e jovens do concelho.

O ano de 2015 foi também importante porque serviu para o executivo municipal de maioria PS consolidar a estratégia de captação de novos investimentos para o concelho e para começar a ver os resultados das políticas lançadas de criação de melhores condições para o desenvolvimento do tecido empresarial local.

Comprometido com o esforço de contribuir para a criação de um ambiente favorável à captação de novos investimentos e à melhoria das condições em que trabalham as empresas instaladas no concelho, o executivo municipal de maioria PS pôs em marcha, em 2015, um conjunto de medidas verdadeiramente amigas das empresas, nomeadamente:

- Isenções e reduções fiscais para as empresas por via do IMI, Derrama e IMT, cujas taxas no concelho de Santo Tirso estão bastante abaixo do limite máximo legal;
- Projeto de requalificação da ligação VIM/VIM, cuja empreitada vai beneficiar as acessibilidades à freguesia de Vilarinho e as empresas ali instaladas;
- Projeto de requalificação da II fase da Zona Industrial de Fontiscos;

- Requalificação da Av. Manuel Dias Machado, principal via que atravessa a antiga freguesia de S. Martinho do Campo;
- Projeto de requalificação de parte da Zona Industrial da Barca, na freguesia de Vila das Aves;
- Projeto de beneficiação das acessibilidades às zonas industriais de Fontiscos, Alto da Cruz e Ermida, objeto de duas candidaturas apresentadas a fundos comunitários;
- Investimentos realizados na modernização das redes de telecomunicações do concelho;
- Apoio às empresas na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários, no âmbito do INVEST SANTO TIRSO;
- Isenção e redução de taxas de licenciamento e operações urbanísticas;
- Agilização dos processos de licenciamento entrados na Câmara Municipal;
- Realização de visitas às empresas sediadas no concelho;
- Projeto de reformulação do nó de entrada e saída de Santo Tirso localizado na Ponte de Frádegas;
- Acordo inédito com o Estado da Paraíba que prevê uma drástica redução das taxas alfandegárias aos produtos com origem em Portugal entrados naquele estado do nordeste brasileiro.

As medidas lançadas pelo executivo municipal de maioria PS em matéria de atração de investimentos e criação de postos de trabalho tiveram resultados práticos no final do ano de 2015, pois, de acordo com o relatório "Norte Conjuntura" da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o concelho de Santo Tirso foi um dos Municípios da região norte em que a taxa de desemprego mais caiu no terceiro trimestre de 2015, face a igual período do ano anterior, tendo baixado 20 por cento.

Pese embora o ambiente restritivo que se vive no País e dos constrangimentos orçamentais provocados por uma castradora Lei dos Compromissos, o Município de Santo Tirso não teve de se fazer valer do Fundo de Apoio Municipal, conseguindo cumprir todas as obrigações e ainda contribuir para o financiamento daquele fundo de emergência destinado a Municípios com gestão desequilibrada.

Em suma, as contas da gerência relativas ao ano de 2015 revelam números de execução financeira que resultam de opções políticas prioritariamente direcionadas para a Coesão Social e para o investimento e traduzem o compromisso assumido pelo executivo municipal de maioria PS de abrir um novo ciclo na gestão autárquica a partir de 2013, com critérios realistas e rigorosos em face da capacidade de arrecadar receita, o que impede o recurso à inscrição de receitas virtuais e passíveis de aumentar a despesa,

em linha, aliás, com um dos princípios fundamentais da boa gestão: o equilíbrio orçamental entre a receita e a despesa.

Em 2015, o Município de Santo Tirso apresenta contas que se sintetizam da seguinte forma:

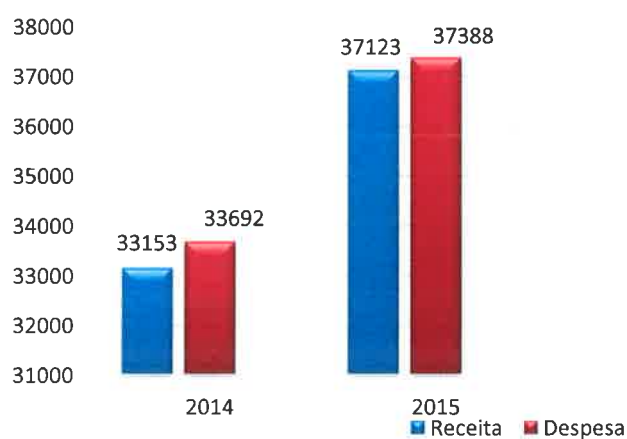
- Uma execução orçamental que ultrapassa, pela primeira vez nas últimas décadas, os 85 por cento, a qual só não é superior em virtude do baixo volume de transferências de capital provenientes dos fundos comunitários;
- A mais elevada taxa de execução de sempre do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, quase 80 por cento do valor previsto naquele documento previsional, o que compara com os cerca de 52% alcançados em 2014;
- Redução drástica do Prazo Médio de Pagamentos para 36 dias, o que representa uma descida de 75% quando comparado com setembro de 2013, ano em que a Câmara Municipal pagava a 145 dias;
- Obtenção de uma poupança em despesas correntes superior a cinco milhões de euros;
- Um resultado económico final positivo de 1,3 milhões de euros, quando, em 2014, fora negativo em 2,3 milhões de euros;
- A receita cresceu mais do que a despesa;
- Ausência de recurso a crédito bancário, acompanhada de amortização de empréstimos bancários de mais de dois milhões de euros;

Os resultados da gerência do exercício findo foram alcançados numa conjuntura particularmente difícil, com fortes restrições das receitas municipais e com a obrigação de consolidação das contas públicas, o que, ainda assim, não pôs em causa o investimento inteligente e a redução das taxas e impostos municipais.

O Município de Santo Tirso pode, portanto, regozijar-se por ter honrado os compromissos que assumiu para com a população do concelho, fornecedores e credores ao longo do ano de 2015.

2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

	2014	2015	Varição
RECEITA	33.153.132,01€	37.122.960,58€	12%
DESPESA	33.692.262,65€	37.388.080,15€	11%

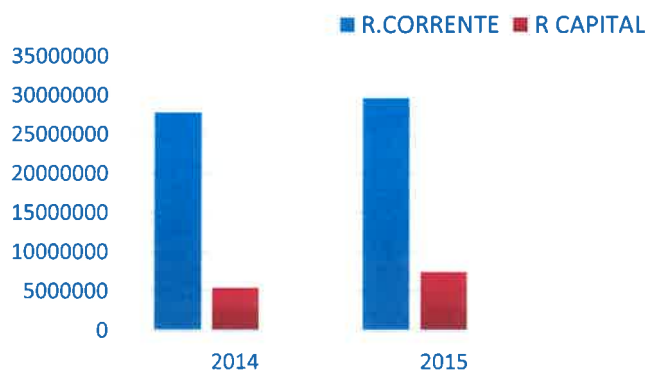


Em 2015, a atividade municipal foi incrementada em 12% por via da receita e 11% por via da despesa.

ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA

RECEITA

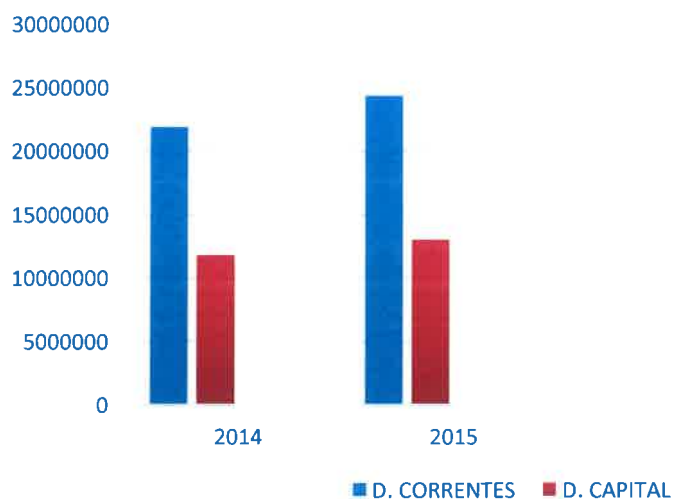
	2014	2015	VARIAÇÃO
R CORRENTES	27.775.703€	29.662.670€	6,8%
R CAPITAL	5.377.429€	7.460.291€	38,7%
R TOTAL	33.153.132€	37.122.961€	12%



A receita cresceu tanto na do tipo corrente como na de capital, tendo percentualmente sido nesta que se registou a maior taxa de crescimento.

DESPESA PAGA

	2014	2015	VARIAÇÃO
D CORRENTES	21.878.976€	24.379.935€	11,4%
D CAPITAL	11.813.286€	13.008.145€	10,1%
D TOTAL	33.692.262€	37.388.080€	11%



Em 2015, liquidou-se mais despesa corrente e também mais despesa de investimento, tendo-se registado uma notável poupança corrente de 17,8%.

	2014	2015
Poupança Corrente M€	5,896	5.283
Poupança Corrente %	28%	18%

O valor alcançado de poupança corrente – valor da receita corrente que suplanta a despesa do mesmo tipo – permitiu ao Município investir mais 5,3 milhões de euros.

SERVIÇO DE DIVIDA

O serviço da dívida atingiu, em 2015, o montante de 2.366.222€, o que corresponde a 6,3% da despesa total (230.868€ de juros e 2.135.354€ de amortizações).

INVESTIMENTOS NO PPI	2014	2015
Funções Gerais	12,9%	12,9%
Funções Sociais	63,3%	65,0%
Funções Económicas	23,0%	18,4%
Outras Funções	0,7%	3,7%

A execução do PPI, apesar das verbas de comparticipação recebidas para aqueles investimentos terem ficado aquém do orçamentado, atingiu a inédita percentagem de 79%.

A distribuição funcional demonstra ainda que, em 2015, se conseguiu reforçar a vocação social do PPI, tendo sido dedicado às áreas da Coesão Social, Educação, Saúde, Cultura e Desporto quase dois terços do PPI.

3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A situação patrimonial do Município apresenta uma evolução positiva no ativo líquido do seu balanço de 1,2%, considerado o mesmo universo de comparação.

A comparação quer das massas patrimoniais quer das rubricas de custos e proveitos deve ter em conta que ao exercício de 2014 foram os valores referentes aos ex SMAES já que o exercício de 2015 incorpora totalmente a atividade dos extintos SMAES.

O resultado líquido obtido foi positivo, os fundos próprios foram reforçados em 5,9 milhões de euros e o passivo exigível diminuiu 4,8 milhões de euros (13,5%).

(Milhares euros)

CLASSES	2014	V. Relativo	2015	V. Relativo	Evolução
Imobilizado	196 154 990	89,7%	196 784 965	88,9%	0,3%
Existências	103 162	0,05%	69 696	0,03%	-32,4%
Dívidas de Terceiros	10 843 537	4,9%	12 802 000	5,8%	18,1%
Disponibilidades	2 055 237	0,9%	1 990 735	0,9%	-3,1%
Acresc Diferimentos	9 435 910	4,3%	9 585 174	4,3%	1,6%
ACTIVO	218 592 886	100,00%	221 232 570	100,00%	1,2%
Resultado Exercício	-2 594 756	-1,2%	1 397 192	0,6%	%
Património e Reservas	145 129 211	66,4%	144 478 691	65,3%	-0,4%
FUNDOS PROPRIOS	142 534 455	65,2%	145 875 883	65,9%	2,3%
Dívidas M Longo Prazo	22 503 783	10,3%	19 315 964	8,7%	-14,2%
(Das quais a Inst. Crédito)	20 292 767	9,3%	17 467 238	7,9%	-13,9%
Dívidas curto Prazo	12 766 291	5,8%	11 189 058	5,1%	-12,4%
(Das quais a Inst. Crédito)	1 445 183	0,7%	2 135 357	1,0%	47,8%
Acresc. Diferimentos	40 788 356	18,7%	44 851 664	20,3%	10,0%
PASSIVO	76 058 430	34,8%	75 356 686	34,1%	-0,9%

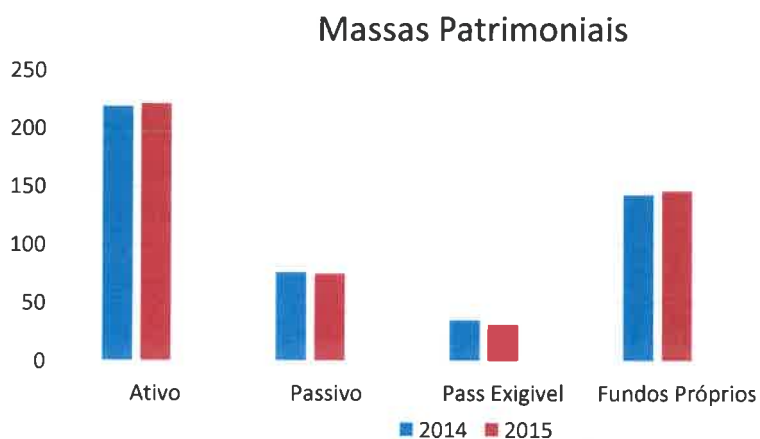
a) **Composição do Balanço**

- As imobilizações são a mais significativa área do Balanço (89%)
- Os ativos têm uma cobertura pelos Fundos Próprios de 66%
- O passivo exigível representa 14% do ativo total.

b) **Evolução das principais rubricas do Balanço**

- O ativo líquido subiu 1,2%.
- Diminuiu o passivo exigível em 4,8 milhões de euros, com descida das dívidas de curto prazo e de médio/longo prazo.
- Crescimento dos Fundos Próprios e das rubricas de acréscimos e diferimentos.

MASSAS PATRIMONIAIS

c) **Outros rácios e indicadores**

PMP - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS



A gestão autárquica do executivo municipal de maioria PS, preocupado com o impacto da crise no tecido empresarial, conseguiu reduzir acentuadamente os prazos médios de pagamento para valores normais e, ultimamente, para valores inferiores aos verificados na média dos agentes económicos.

O valor atingido em 2015 de 36 dias como prazo médio prova e premeia os esforços desenvolvidos de contenção e de rigor na gestão municipal, sem que se tivessem verificado qualquer recurso a financiamento bancário.

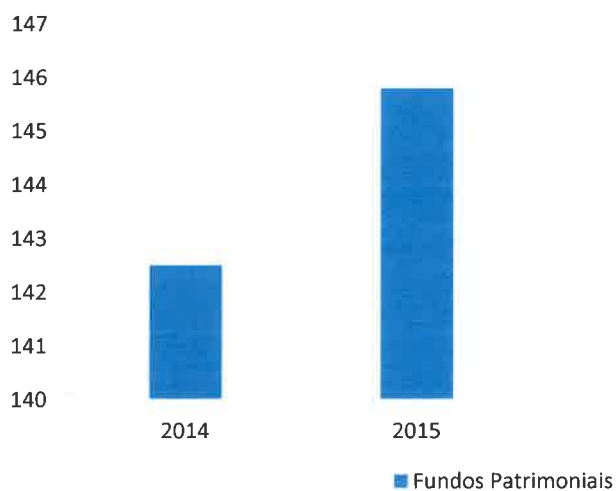
PASSIVO EXIGÍVEL	2014	2015
MÉDIO LONGO PRAZO	22.504	19.316
CURTO PRAZO	12.766	11.189
TOTAL	35.270	30.505

O passivo exigível, que diminuiu novamente em 2015, desta vez 13,5%, contempla, para além de créditos de fornecedores, de freguesias, da AMAVE e de instituições, também os que irão ser pagos em conformidade com os planos financeiros, nomeadamente os que se referem a empréstimos e ao Fundo de Apoio Municipal.

FUNDOS PATRIMONIAIS

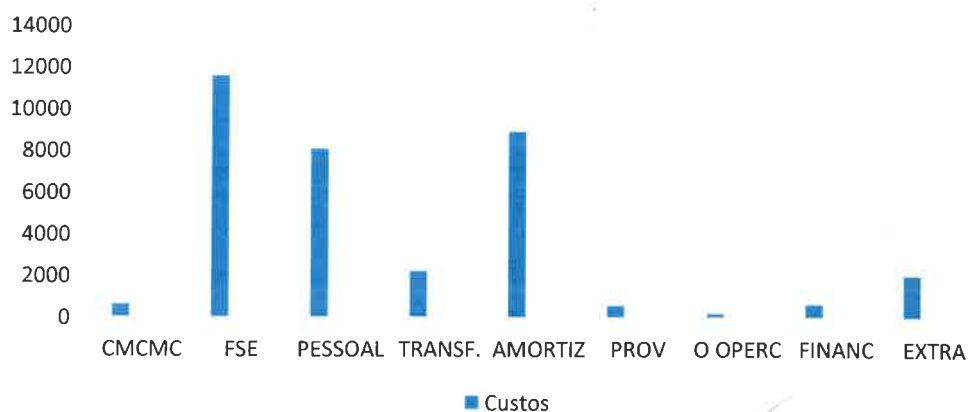
	2014	2015
(em milhões de euros)	142.534	145,876

Fundos Patrimoniais



CUSTOS E PROVEITOS	2014		2015		Varição
Custo M Vendidas Mat Consum	581	2%	621	2%	7%
Forn. Serviços Externos	11.958	32%	11.583	33%	-3%
Pessoal	8.264	22%	8.060	23%	-2%
Transf. Subsidios Correntes	2.839	8%	2.206	6%	-22%
Amortizacoes/Provisões	8.836	24%	8.899	26%	1%
Provisões	0	0%	560	2%	100%
Outros Custos Operacionais	155	0%	174	1%	12%
Custos Perdas Financeiros	659	2%	636	2%	-3%
Custos Perdas Extraordinários	3.524	10%	2.010	6%	-43%
TOTAL CUSTOS	36.816	100%	34.750	100%	-6%
Vendas Prestações Serviços	3.895	11%	2.995	8%	-23%
Impostos e Taxas	11.205	33%	11.656	32%	4%
Transf Subsidios Obtidos	14.797	43%	14.681	41%	-1%
Outros Prov Operacionais	79	0%	416	1%	427%
Prov Ganhos Financeiros	1.502	4%	1.503	4%	0%
Prov Ganhos Extraordinários	2.743	8%	4.897	14%	79%
TOTAL PROVEITOS	34.221	100%	36.147	100%	6%

Custos



Os Fornecimentos e Serviços Externos que registam custos diversos, como os de transportes e refeições escolares, iluminação pública, recolha e tratamento de resíduos, são os mais representativos, seguidos, em 2015, das amortizações ou depreciações do imobilizado e das despesas com o pessoal.

Os resultados:

Resultado Operacional – -2.355.780,69€

Resultado Financeiro - 866.009,00€

Resultado Líquido - 1.397.191,71€

Mantendo a matriz da solidariedade para com as famílias e os grupos sociais mais vulneráveis, o Município de Santo Tirso obteve, no último ano, como se referiu anteriormente e se pode inferir das contas apresentadas, resultados financeiros muito louváveis, num contexto francamente adverso sob o ponto de vista económico e social.

Em 2014, pese embora os objetivos alcançados, o executivo municipal de maioria PS manifestou não estar totalmente satisfeito. Um ano depois, assume: apesar da melhoria verificada na maioria dos rácios financeiros, mantém-se ambicioso e apostado numa gestão equilibrada, rigorosa, transparente e cumpridora da lei.

Mais informamos que, não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício de 2015.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado de 1.397.191,71€ seja aplicado:

- 70.000€ em reforço de Reservas Legais;
- 1.327.191,71€ transferidos para Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Aos senhores vereadores e demais membros dos órgãos municipais,
Aos presidentes de Junta e demais membros dos órgãos das freguesias,
Aos representantes das coletividades e demais instituições do concelho,
Aos funcionários e colaboradores do Município,
Aos fornecedores, utentes e munícipes, instituições bancárias e entidades públicas locais, regionais e nacionais,

Os mais sinceros agradecimentos, por terem contribuído para que fosse possível os desempenham apresentados



